

16 MAR 1988

O tamanho do abismo

Nenoio Spínola



Brasileiros e brasileiras volta e meia são chamados a refletir sobre a beira do abismo em que se encontram, como fez o ministro da Fazenda esta semana. Não é a primeira vez, nem será a última, porém as variações sobre o tema podem ser aprofundadas para que se saiba não só se o tal abismo de fato existe, mas ainda a que profundidade se estende e quais as chances de salvação de quem nele despencar.

Medido com números, o "abismo" pode significar inflação (500%), déficit público (folha de salários do funcionalismo devorando 105% da receita tributária da União depois das transferências), dívida externa (cerca de US\$ 120 bilhões) e dívida interna.

A face menos comentada de todos nesse buraco negro dos problemas brasileiros tem sido a dívida interna, ainda quando exatamente aí possam se encontrar os limites extremos da resistência da economia nacional. Em termos simples: quanto pode o Governo dever aos cidadãos? Quanto mais pode ele tomar emprestado para cobrir os buracos entre receitas e despesas sem empurrar, de leve, a economia para o tal "abismo"?

Em dezembro passado a dívida interna (mobiliária) total elevava-se a 3 trilhões 991 bilhões de cruzados. Os números podem não dizer muita coisa sem comparações que permitem nos situarmos nessa história onde a inflação galopante subverte valores e pontos de referência. Um ponto de referência importante é quanto, em termos percentuais, o

governo absorve hoje da poupança nacional disponível.

Marcos Jacobsen, presidente da ANDIMA, acha que o crescente endividamento interno do Governo levou cerca de duas terças partes da poupança para o financiamento da dívida. Há quem afirme que é mais: uns 80% ou algo assim. Para quem gosta de números exatos, a verdade é que os títulos públicos federais, que em janeiro de 1987 absorviam 33,07% dos ativos financeiros, em dezembro do mesmo ano aumentaram sua fatia para 40%. Os depósitos a prazo e as letras de câmbio, que em conjunto absorviam 33% da poupança em janeiro de 1987, chegaram ao fim do ano passado espremidos para 17% do total. O dinheiro simplesmente pulou para os títulos públicos e para as cadernetas de poupança, as quais em larga medida repassam os cruzados arrecadados para o Banco Central.

Em resumo, o dinheiro saiu de circulação de um lado da economia e foi para o outro, passando das atividades privadas para o financiamento do Governo, e o governo gastou esse dinheiro financiando suas despesas com as empresas públicas, o funcionalismo e a manutenção de toda a sua máquina.

Dever é o instrumento a que todo cidadão recorre quando sua receita de salário e outros ganhos não dão para cobrir as contas no fim do mês. O tamanho do "papagaio" que cada indivíduo pode sustentar relaciona-se com sua capacidade de trabalhar mais, aumentar a produção e o salário. Ou, em última análise, a capacidade de vender alguma coisa para pagar as dívidas.

O caso brasileiro é exemplo de um endividamento extremo, onde as margens para repagar ou refinanciar a dívida se estreitaram perigosamente. Quais as saídas que o Governo teria para essa crise da dívida?

Nenhum empresário financeiro

responsável acha que os limites de endividamento podem ser mais espiados ainda. Com dois terços da poupança financeira atualmente sugados para os cofres públicos, avançar ainda mais através do endividamento seria impossível. Não "existe" mais dinheiro disponível, a menos que se estatize toda a poupança.

E por isso que aumenta a sensação de que ao falar em "beira de abismo" o ministro da Fazenda não estava blefando uma vez mais. E é por isso que muita gente boa começa a acreditar que a hora de pagar para ver está próxima. Resta saber quem vai pagar, e como. Há quem acredite que ainda existe espaço para um novo calote na dívida, algo como se ensaiou no passado e se fez com a "garfada" nos índices de correção de preços, ou, em seu estado mais sublime, com o Cruzado que congelou a realidade até as eleições. Comprimida, a realidade está explodindo sob a forma de mais inflação e problemas não resolvidos. Que tal repetir a dose?

Não há a menor dúvida de que a tese do calote tem o seu charme, porque a "poupança" pertence aos ricos, e isso é o suficiente para levar uma delegação de parlamentares populistas ao Planalto para sugerir ao presidente que dê o golpe. Até que ponto o populismo pode forçar as portas do Planalto, é, desta vez, uma incógnita. Os bancos, grandes interessados na discussão do problema, estão esquivos. Na realidade o dinheiro que circula pelos bancos e vai aterrissar na dívida pública é dinheiro de capital de giro das empresas, de médios ou grandes ou pequenos poupadões e de todos aqueles que preferem o *overnight* para manutenção de seu capital, porque não confiam na poupança e no investimento a longo prazo, em um país onde a mentira e a trapaça provaram ser fortes o suficiente para colocar medalhas no peito dos seus artífices. E a arte de mentir é eterna. Enquanto seus efeitos duram.